 <div>GOVERNADOR Cláudio Bomfim de Castro e Silva</div> <div>VICE-GOVERNADOR Thiago Pampolha Gonçalves</div>	<div>SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Thiago Pampolha Gonçalves - Interino</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO <i>Flávio Campos Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Rosangela de Souza Gomes</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER <i>Rafael Carneiro Monteiro Piaciani</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Gustavo Reis Ferreira</i></div> <div>CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Demetrio Abdennur Farah Neto</i></div> <div>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <i>Edu Guimarães de Souza</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA <i>Kelly Christian Silveira de Mattos</i></div> <div>SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA <i>André Luís Dantas Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL <i>José Mauro de Farias Junior</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES <i>Uruan Cintra de Andrade</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E ECONOMIA DO MAR <i>Mariana Pisani Mata - Interina</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL <i>Bruno Felgueira Dauaire</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO INTERGERACIONAL DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL <i>Alexandre Isquierdo Moreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER <i>Heloisa Helena de Alencar Aguiar</i></div> <div>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Bruno Dubeux</i></div>
<div>GOVERNO DO ESTADO</div> <div>www.rj.gov.br</div>	

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	...
Atos do Poder Executivo
Gabinete do Governador	1
Governadoria do Estado
Gabinete do Vice-Governador
Vice-Governadoria do Estado

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil	1
Gabinete do Governador
Governo
Planejamento e Gestão
Fazenda
Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
Polícia Militar	1
Polícia Civil
Administração Penitenciária
Defesa Civil.....	...
Saúde
Educação.....	...
Ciência, Tecnologia e Inovação
Transportes e Mobilidade Urbana
Ambiente e Sustentabilidade
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
Cultura e Economia Criativa
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	...
Esporte e Lazer
Turismo
Controladoria Geral do Estado
Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro.....	...
Trabalho e Renda.....	...
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília
Transformação Digital.....	...
Infraestrutura e Cidades.....	...
Energia e Economia do Mar.....	...
Habitação de Interesse Social.....	...
Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável
Mulher.....	...
Procuradoria Geral do Estado

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO
REPARTIÇÕES FEDERAIS

Atos do Governador

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS DE 23 DE MARÇO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS, a pedido, do Decreto de 08/02/2022, publicado no D.O de 09/02/2022, que designou, nos termos do § 6º do art. 35, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2479, de 08/03/79, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.299, de 19/05/99, o Subsecretário **ALLAN BORGES NOGUEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 4349127-8, para responder, sem prejuízo de suas atribuições, pela função de Coordenador do Programa Cidade Integrada, da Secretaria de Estado da Casa Civil, com efeitos a contar de 22 de março de 2023. Processo nº SEI-150001/004555/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 22 de março de 2023, **ALLAN BORGES NOGUEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 4349127-8, do cargo em comissão de Subsecretário, símbolo SS, da Subsecretaria de Iluminação Pública, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades. Processo nº SEI-460001/000527/2023.

Id: 2466291

Secretaria de Estado da Casa Civil

ATO DO SECRETÁRIO E DO SUBSECRETÁRIO

RESOLUÇÃO CONJUNTA SECC/SSCS Nº 87 DE 23 DE MARÇO DE 2023

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E O SUBSECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 9.808, de 22 de julho de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023, com a Lei 9970, de 12 de Janeiro de 2023, que estima receita e fixa despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2023; o Decreto nº 48.359, de 07 de fevereiro de 2023, que estabelece normas complementares de programação e execução orçamentária, financeira e contábil para o exercício 2023, o Decreto nº 42436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários e dá outras providências, e o que consta no Processo Administrativo nº SEI-150001/006733/2023.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Campanha publicitária sobre "CEDAE - Projeto Especial - A CEDAE do futuro".

II - VIGÊNCIA: data de início: 23/03/2023 - data término: 31/12/2023

III - DE/Concedente: 14000 - Secretaria de Estado da Casa Civil/SECC

UO: 14010 - Secretaria de Estado da Casa Civil/SECC

UG: 140100 - Secretaria de Estado da Casa Civil/SECC

IV - PARA/Executante: 14000 - Secretaria de Estado da Casa Civil/SECC

UO: 14020 - Subsecretaria de Comunicação Social/SUBCOM

UG: 390200 - Subsecretaria de Comunicação Social/SUBCOM

V - CRÉDITO:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR TOTAL
14010.04.122.0002.2010	1.500.100	3390	R\$ 5.000.000,00

Art. 2º - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta o art. 10 do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e a prestar contas nos termos do parágrafo único do art. 5º da Instrução Normativa AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do término da vigência desta Resolução, bem como apresentar à concedente cópia de documentos, junto com a Prestação de Contas.

Parágrafo Único - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito no SIAFE RIO em favor do exequente sem o adimplemento da obrigação constante do caput deste artigo.

Art. 3º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 23 de março de 2023, revogadas disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

NICOLA MOREIRA MICCIONE
Secretário de Estado da Casa Civil

IGOR MARQUES
Subsecretário de Comunicação Social

Id: 2466284

Secretaria de Estado de Polícia Militar

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3563 DE 20 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública, e

- o **Proc. nº SEI-350192/000715/2023**, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, a contar de 10 de março de 2023, os servidores 2º SGT PM RG 77.736 RONALDO FERREIRA MORAES, ID. 0593027-8, da DIT, o 3º SGT PM RG 86.051 RAFAEL CARVALHO DO VALLE, ID. 4358006-8, da DIT, e o SD PM RG 107.056 JOELSON DE SOUZA PINHO, ID. 5096600-6, da DIT, para compor a Comissão com o objetivo de fiscalizar os instrumentos contratuais nº 020/2023, 021/2023, 022/2023, 023/2023, 024/2023 e 025/2023, firmados com as empresas 3STRUCTURE IT LTDA, COMPWIRE INFORMATICA LTDA e PPN TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA, oriundos do Processo Administrativo nº SEI-350487/000630/2023.

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois ser-

vidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cum-

primeiro do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2466175

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3571 DE 21 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350192/000698/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, a contar de 15 de março de 2023, os servidores: 2º SGT PM RG 81.512 LUIZ ORLANDO PEDRO DE OLIVEIRA, ID 421370-9, da DABST, o CB PM RG 96.915 HOSANA FERREIRA PEIXOTO, ID 5006936-5, da DABST, e o CB PM RG 102.598 ANTÔNIO RAMON RODRIGUES DE OLIVEIRA, ID 5027390-6, da DABST, para compor a Comissão com o objetivo de fiscalizar o instrumento contratual nº 019/2023, firmado com a empresa PIRACAIA COMÉRCIO PRODUTOS ELETRO ELETRÔNICOS LTDA, oriundo do Processo Administrativo SEI-350192/000559/2023.

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

- I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
- II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
- III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
- IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
- V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
- VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

- I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
- II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.
- III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na

execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2466182

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3578 DE 22 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA GESTOR DE CONTRATO, ASSESSORIA TÉCNICA E EQUIPE DE APOIO PARA ACOMPANHAMENTO DE PORTIFÓLIO DE CONTRATOS ESTRATÉGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, usando de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350192/000747/2023, o qual indica servidores para as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, a contar de 17 de março de 2023, os seguintes servidores abaixo relacionados para fins de acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual nº 030/2023, oriundo do processo SEI- 350192/000747/2023, firmado com a empresa COMERCIAL MILANO DO BRASIL LTDA.

GESTOR:

I - MAJ PM RG 67.859 ALESSANDRA VERUSCHKA D. CARVALHAES G. COELHO (CPF: 069.932.517-01);

GESTOR SUBSTITUTO:

I - MAJ PM RG 47.868 AUGUSTO WAGNER DE MEDEIROS PEREIRA (CPF:828.600.507-44);

ASSESSORIA TÉCNICA:

I - CAP PM NUT RG 89.525 ALINE TEIXEIRA SILVA FAGUNDES (CPF: 081.998.427-25);

II - CAP PM NUT RG 91.310 AMANDA DE CARVALHO MELLO (CPF: 099.605.757-99);

EQUIPE DE APOIO:

I - 1º SGT PM RG: 73.524 FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA (CPF: 038.050.667-08);

II - 3º SGT PM RG: 85.451 BRUNO COUTINHO MENDONÇA REIS (CPF: 084.525.057-44);

III - 3º SGT PM RG: 90.345 CYNTHIA APARECIDA DE MATTOS (CPF: 094.984.297-40);

IV - 3º SGT PM RG 90.630 RODRIGO DA CONCEIÇÃO BRITO (CPF: 098.680.727-35);

V - CB PM RG 91.400 ALINE BARBOSA DE CASTRO (CPF: 092.929.647-80);

VI - CB PM RG 91.465 BERIANO FARIA DA SILVA (CPF: 093.133.807-73);

VII - CB PM RG 91.836 ENICARLOS MARINS SANTOS (CPF: 102.517.947-17);

VIII - CB PM RG 95.004 BRUNO CLEMENTE JOSÉ (CPF: 090.055.117-88);

IX - CB PM RG 96.489 THAYS MENDES MUNIZ DE OLIVEIRA (CPF: 131.645.067-83);

X - CB PM RG 100.834 GISELLY DAS GRAÇAS ALMEIDA DA COSTA (CPF: 099.574.737-78);

XI - CB PM RG 103.231 GISELLE JACINTO BULÇÃO MATHIAS (CPF: 092.090.027-50);

XII - CB PM RG 103.691 FLAVIA BOUTH PINTO (CPF: 093.625.537-40);

Art. 2º - É de responsabilidade do Gestor e Gestor Substituto executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

- I- zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;
- II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;
- III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria de Abastecimento - Dabst a substituição imediata de servidor designado como Gestor, Gestor Substituto ou Fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

- IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;
- V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;
- VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;
- VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;
- VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão Fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;
- IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;
- X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;
- XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
- XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Cabe à Diretoria de Orçamento - DOR ou à Diretoria de Finanças - DF o controle de recebimento de Notas Fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, sendo responsáveis por:

- I - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;
- II - confrontar o preço total e as quantidades constantes em Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;
- III - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador de pagamento, com os comprovantes de realização do serviço, sempre que solicitado pelo gestor do contrato ou quanto identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;
- IV - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
- V - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação de despesas; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, ofícios de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;
- VI - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas à contratação, acompanhando o saldo de empenho até o limite legal.

Art. 4º - Caberá a DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS - DLP: a publicação dos atos em DOERJ, a realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir, e a prestação de esclarecimentos e orientações no bojo da gestão e fiscalização.

Parágrafo Único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DLP deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 5º - O Gestor e o Gestor Substituto elencados no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 6º -Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 7º - Fica estabelecido o correio eletrônico ga_dabst@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, além dos demais meios formais previstos.


Art. 8º - Enquanto não for publicada em DOERJ a designação ou substituição dos membros da comissão fiscalizadora, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2466181



Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Patricia Damasceno
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:
As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:
Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Ed. Garagem Menezes Côrtes - Tel.: (21) 2332-6550 / (21) 2332-6549
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: (21) 2719-2689 / (21) 2719-2705
Atendimento das 8h às 17h.

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:
cm/col _____ R\$ 132,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3579 DE 22 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350192/000747/2023, o qual indica servidores para compor da equipe de fiscalização dos contratos de gêneros alimentícios.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados a contar de 17/03/2023 os seguintes servidores para compor a Comissão de Fiscalização, com o objetivo de fiscalizar o Contrato 030/2023, oriundo do SEI- 350192/00747/2023, firmado com a empresa COMERCIAL MILANO DO BRASIL LTDA, a saber:

NOME	ID FUNCIONAL	UNIDADE	NOME	ID FUNCIONAL	UNIDADE
LUDMILA CAVALCANTE DE ARAÚJO BENEVENUTO	4323233-7	1ª CIPM	MARCELO FIGUEIRA TÁVORA	4276330-4	28º BPM
PAULO DOS SANTOS CORDEIRO	592927-0	1ª CIPM	LEANDRO GEROLIS MORAES	4256392-5	28º BPM
SERGIO WILSON HUGUINIM DE AGUIAR	2376479-1	1ª CIPM	JULIO CESAR DOS SANTOS SILVA	4379214-6	28º BPM
ALEXANDRE PACHECO DE MELLO	2376113-0	1ª CIPM	FERNANDO LUIZ MOURÃO	4265002-9	28º BPM
DOUGLAS DE JESUS ARMANI	5020177-8	1ª CIPM	ALEXANDRE TAMIOZZO	2355144-5	28º BPM
BRUNO SANTOS LISBOA	4429754-8	1ª CIPM	GRASIELLE AMARAL GOMES	2355335-9	28º BPM
LEONARDO REIS REGENERATI	42563992	3º BPM	REGINALDO DE OLIVEIRA LIMA	2355982-9	28º BPM
JORGE SILVA MELO	2443751-0	3º BPM	MICHELLE SANTOS MARCOLONGO CAMPOS	2447490-8	29º BPM
GEORGE FERNANDES DOS SANTOS	2267743-7	3º BPM	GREBSON JOSÉ CAMPOS DA SILVA	4140631-1	29º BPM
NINO ANDREY LEAO FAGUNDES	2159474-0	3º BPM	VALERIO DE CASSIO FERREIRA	2359793-3	29º BPM
JONATHAS GRIFFO DA SILVA COSTA	2214626-1	3º BPM	LUCIANO DA SILVA GOUVEIA	592541-0	29º BPM
MARCELLO NOBRE PEREIRA	4189310-7	4º BPM	MARCOS DOUGLAS PRADO	2362945-2	29º BPM
GUSTAVO LUIZ FERREIRA DE MATTOS	5034436-6	4º BPM	DENNYS LEONARD NOGUEIRA BIZARRO	2445185-1	30º BPM
MARCIO DE OLIVEIRA MARQUES	4401290-0	4º BPM	SAULO GETER BARCELOS PEREIRA DA SILVA	0594046-0	30º BPM
VICTOR HUGO LAGO	4409695-0	4º BPM	LEANDRO SILVA DE OLIVEIRA	2368996-0	30º BPM
CARLOS RODRIGO DE JESUS VALENTIM	5000569-8	4º BPM	BRUNO HOFFMANN BAIRRAL BARCELLOS	4358160-9	30º BPM
LEONARDO RODRIGUEZ ALVARENGA	4189294-1	5º BPM	ALEXANDRE FEIJÓ LOPES	23479213	31º BPM
CHARLES HENRIQUE SANTOS DE JESUS	2213994-0	5º BPM	MAURO SERGIO LAUDANO	2480985-3	31º BPM
LUIS FERRREIRA DE ARAUJO	2409678-4	5º BPM	ANDERSON RODRIGUES NUNES	592611-4	31º BPM
ALAN DE MELO SANT ANNA	2186595-7	5º BPM	MARCELO SOARES DA SILVA	5005335-3	31º BPM
ALESSANDRO DE MEDEIROS MANHAES	2241677-3	5º BPM	AMANDA MARISTELA LOIOLA GUIMARÃES	4428577-9	31º BPM
MAURO HERCILIO SIMOES DE MORAES	4268090-5	5º BPM	REYNOLD PEREIRA CORREA	2448732-5	31º BPM
RODRIGO FERNANDO BEZERRA DA SILVA	05930146	5º BPM	ANDRE LUIZ SILVA ARAUJO	2683776-5	32º BPM
MARCELO FERNANDO SANTOS	2168284-4	5º BPM	FERNANDO BARALDI DOS SANTOS	2388306-5	32º BPM
MARLON BARBOSA COSTA DA SILVA	5021824-7	5º BPM	ALDIR PESSANHA	2389641-8	32º BPM
RICARDO SANT'ANNA LOUREIRO	2444617-3	6º BPM	ROGERIO MAGNO GOMES DOS SANTOS	2388491-6	32º BPM
ALESSANDRO SOUZA DA SILVA	2486314-9	6º BPM	THIAGO LOBATO DAIELLO	4367911-0	32º BPM
MICHEL LIMA DO AMARAL	4140584-6	6º BPM	ADEILSON SILVA RIBEIRO	4368876-4	32º BPM
MAURÍCIO AMÉRICO FERREIRA	2184366-0	6º BPM	NEILTON FREITAS DA SILVA	2389714-7	32º BPM
WASHINGTON LUIZ SANTOS DA SILVA	2184115-2	6º BPM	LUIZ EDUARDO DE SOUZA GOULART E SILVA	4323229-9	34º BPM
ADRIANO ESPARA SILVÉRIO	4265521-8	6º BPM	GERSON AMANTINO PEREIRA GOMES	2385390-5	34º BPM
FILLIPE AMARANTE DA SILVA	4429713-0	7º BPM	LUIZ ANTONIO MEDEIROS	2383414-5	34º BPM
MARCELLE DE FIGUEIREDO XAVIER	4193173-4	7º BPM	ARTUR MEDEIROS RAMOS	2384765-4	34º BPM
ALEXANDRE DE SOUZA CUNHA	2419477-8	7º BPM	CARLOS FERNANDO VARES RAPOSO	2383258-4	34º BPM
LUIZ FERNANDO TEIXEIRA DA SILVEIRA	5016879-7	7º BPM	EDENILSON PINHEIRO DE SOUZA	2391974-4	35º BPM
GLEIDSON FABIO NUNEL MACIEL	5015381-1	7º BPM	ALEXANDRE SILVA PEZENATO	2393126-4	35º BPM
LUCIANO RODRIGUES VIEIRA	5010227-3	7º BPM	LEANDRO DA SILVA COSTA	2394156-1	35º BPM
MAURILIO RODRIGUES BLANC JUNIOR	4276061-5	8º BPM	PAULA BORGES DE MELLO MARINS PEREIRA PIMENTEL	5080617-3	35º BPM
ANDERSON GUTEMBERG LAPA DA FONSECA	2202844-7	8º BPM	JONAS DO NASCIMENTO GRILLO	4259339-5	36º BPM
GUILHERME DE SÁ CARVALHO	2204544-9	8º BPM	CRISTIANO NUNES PEREIRA	2400515-0	36º BPM
ANDERSON LUIZ DE AZEVEDO DIAS	2204597-0	8º BPM	CLÉZIO MENDONÇA DA SILVA	2359733-5	36º BPM
THIAGO DE OLIVEIRA RIBEIRO	42114934	9º BPM	PAULO FERNANDES DA SILVA JUNIOR	4256415-8	39º BPM
ANDRE LUIZ FRANCISCO	2159364-7	9º BPM	MAURICIO JOSÉ DA SILVA	2153255-9	39º BPM
ANDRE LUIZ DIAS DE SANTANA	21853487	9º BPM	RENATO CASANOVA DA SILVA	2372923-6	39º BPM
RODRIGO DA SILVA SANTOS	21701164	9º BPM	ANDERSON FERNANDES DOS SANTOS	4370996-2	39º BPM
JORGE AMERICO FERREIRA GOMES	24823350	9º BPM	PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	595676-5	41º BPM
AYRTON JOSE LUCAS DE SOUZA	2223176-5	10º BPM	MÁRCIO FLEMING MARQUES	2154626-6	41º BPM
ANTÔNIO MARCOS DA SILVA MENDES	2220384-2	10º BPM	WENDEL DE SIQUEIRA LIMA	2259446-9	41º BPM
IVAN CLÁUDIO ALVES PEREIRA	2223005-0	10º BPM	MARCELO BLANCO LOPES DE LUCA	4328226-1	41º BPM
MOACIR DE ASSUNÇÃO SILVEIRA	2224616-1	10º BPM	FABIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	5019997-8	41º BPM
RENATO ALVES ESPÍNDOLA	4269091-9	10º BPM	HERALDO DA SILVA LAUREANO	2476754-9	41º BPM
JOÃO PAULO MAGALHÃES ALVES	426576-6	10º BPM	PAULO EDUARDO DA SILVA GONÇALVES	2449793-2	AJG
ADECYR VANDERLEY DA CRUZ	2231084-3	11º BPM	FLAVIO VENICIUS DE OLIVEIRA	2377735-4	AJG
LEONARDO JUBLOT PINHEIRO	4405476-9	11º BPM	ANTONIO MARCOS CONCEIÇÃO DE SOUZA	4208306-0	AJG
ALESSANDRO FERREIRA DA ROCHA	4269425-6	11º BPM	JOSÉ MARIO GIMPEL PASCUAL DE CARVALHO	2259434-5	AJG
MARCO ANDRE MARTINS FURTADO	2232893-9	11º BPM	EDGAR MENDES DE ASSIS	4412182-2	AJG
MARCOS RODRIGO DA SILVA MELLO	43776671	11º BPM	EVALSIR FERREIRA DA SILVA	2298458-5	APM
LUCIANA DA COSTA ELLER	5014686-6	11º BPM	ANDERSON DOS SANTOS ASSIS	2159426-0	APM
ROBERTO DIAS TOLEDO	2196166-0	12º BPM	CLEIDE ROSA FREITAS	2492405-9	APM
MARCOS VINICIUS MONTEIRO CAMPITELLI	2239406-0	12º BPM	JORGE ALEXANDRE BRITO DA SILVA	4329459-6	APM
LUCIO MAURO DA SILVEIRA DE SOUZA	2236494-3	12º BPM	ALAN KARDEC DE MOTTA SOUZA	44288328	APM
WELLIS SILVA SOUZA	4266051-3	12º BPM	ANA CLAUDIA SILVEIRA RAYOL	5089639- 3	APM
FABIO MARANHÃO DE OLIVEIRA	2449855-6	14º BPM	JEAN FERNANDO SANTOS DOS PRAZERES	4384747-1	APM
FLÁVIO ANACLETO DA CUNHA	2213094-2	14º BPM	CELIO ALVES DE BARROS JUNIOR	2152717-2	BPCHQ
ANDERSON JASSET DE SOUZA	4407972-8	14º BPM	PEDRO PAULO DIAS FERREIRA	5034451-0	BPCHQ
THIAGO FELIPE MAIA BATISTA	5018846-1	14º BPM	JOSE ALVES DOS SANTOS JUNIOR	2301684-1	BPCHQ
PAULO ROBERTO FILADELFO DOMICIANO	5019178-0	14º BPM	SERGIO CABRAL DE LIMA	42150043	BPCHQ
GERALDO DE ALMEIDA FILHO	2299355-0	14º BPM	RENATA MACIEL DA ROCHA	42702259	BPCHQ
VITOR ARAGÃO NEVES	4320479-1	14º BPM	HERVE CARLOS DO NASCIMENTO NOVAES	43688250	BPCHQ
ALEXANDRE FERREIRA TRIGO	2478016-2	15º BPM	FABIO CARDOSO PACHECO	0592639-4	BPRV
SILAS MARÇAL DE LIMA	5019373-2	15º BPM	CARLOS AUGUSTO DA COSTA	2230454-1	BPRV
CESAR AUGUSTO DE BASTOS VIANNA	2269802-7	15º BPM	FRANCISCO WELLINGTON GRANJEIRO	2408666-5	BPRV
RODBERG TEIXEIRA CAVALCANTI JUNIOR	4402879-2	15º BPM	WASHINTON LUIS DA SILVA OLIVEIRA	4208308-7	BPRV
GILBERTO CESAR DE SOUZA OLIVEIRA	5010350-4	15º BPM	LEONARDO BELARMINDO	4249625-0	BPRV
MARCO AURELIO REGES	2158863-5	15º BPM	JANYNE TORQUETI BENAC DE MELO	439878-4	CFAP
JARDEL DA SILVA FEITOSA	4276072-0	16º BPM	LUANA PEDRINA OLIVEIRA DOS SANTOS	5034207-0	CFAP
ANDERSON DE LIMA COUTINHO	2275557-8	16º BPM	EDUARDO RODRIGUES DA SILVA	2435616-6	CFAP
HERMES LUIZ DAS CHAGAS FILHO	2277043-7	16º BPM	HILTON CARLOS FERREIRA	0594331-0	CFAP
CRITIANO TELLES DE OLIVEIRA	2276355-4	16º BPM	JOÃO EDUARDO DE SÁ DIAS	2289618-0	CFAP
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA	2275615-9	16º BPM	DIEGO DE SOUZA DOMINGUEZ SANCHEZ	4330099-5	CFAP
ANDERSON RIBAMAR FERNANDES SILVEIRA	4326736-0	17º BPM	JESSE LUIZ DIONÍSIO NEVES	5033931-1	CFAP
VÍTHOR TARGINO DE LIMA	5028546-7	17º BPM	GUSTAVO LOPES DE MATOS	4189302-6	CPM I
SANDRO SANTOS DE MORAES	2315303-2	17º BPM	JEOVANE DA ROCHA	2241716-8	CPM I
ANDERSON DE MORAES MIRANDA	2282157-0	17º BPM	SELMÍ GONÇALVES FIGUEIREDO	0593281-5	CPM I
MAYLA SOARES PEIXOTO	4408135-9	17º BPM	BRUNO MARQUES PEREIRA	4424258-1	CPM I
RONALDO CASTRO SANT'ANNA	2281895-2	17º BPM	ANDERSON DOS SANTOS MAURICIO	2282516-9	CPM I
ANDRE LUIZ FERREIRA DA SILVA	2276123-3	17º BPM	SIDCLAY PADILHA DA SILVEIRA	2164924-3	CPM II
JARDEL DA SILVA FEITOSA	4276072-0	18º BPM	GIANCARLOS SOARES DUQUE	595236-0	CPM II
RUBEN CARLOS DE ALBUQUERQUE RODRIGUEZ	25200453	18º BPM	ANACLETO JOSÉ GOMES	2477057-4	CPM II
EDSON DE OLIVEIRA MIRANDA	2287056-3	18º BPM	MAURO DE SOUSA GOMES JUNIOR	593310-2	CPM II
RODRIGO OLIVEIRA DA COSTA	4265699-0	18º BPM	SANDRO VALÉRIO CARMO	2449134-9	CPM III
GABRIEL HENRIQUE CASEMIRO DA SILVA	4401244-6	18º BPM	RODRIGO NISTALDO BARRETO	4249781-7	CPM III
FABIO CEZAR BARBOSA LIMA	2518973-5	18º BPM	DIOGENES TRINDADE VIRGULINO	0595718-4	CPM III
RODRIGO FERNANDES QUEIROZ	2445975-5	19º BPM	MICHAEL RIBEIRO TEIXEIRA	4268349-1	CPM III
ROBERTO DE ARAÚJO E SILVA	2331735-3	19º BPM	FELIPE LIMA TAVARES DE ASSIS	4415991-9	CPM III
DAVID FERREIRA BARBOSA	421498-0	19º BPM	JOAO RODRIGO CEZAR TEIXEIRA SAMPAIO	2450223-5	BOPE
WANDERSON OLIVEIRA DA FONSECA	593726-4	19º BPM	EDSON DA SILVA SILVEIRA	2192424-4	BOPE
NELSON ESTEVAM CARVALHO JUNIOR	4256407-7	20º BPM	WALLACE DA SILVA WERNECK	2242841-0	BOPE
WAGNER MONTEIRO MAKKAI	2518303-6	20º BPM	MARIO ALVISPO DA SILVA JUNIOR	2474456-5	BOPE
FERNANDO LOPES TEIXEIRA FILHO	2186344-0	20º BPM	ERICA MONTEIRO CARDOSO	4405433-5	BOPE
LUIZ ANTÔNIO PORTO BATISTAS	2298682-0	20º BPM	MICHELE DANTAS SZAPOWAL	4417226-5	BOPE
CLADSON DE SOUZA GONÇALVES	5099154-0	20º BPM	IGOR DE OLIVEIRA DOS SANTOS	4407264-3	BOPE
ANDERSON DE SOUZA MARTINS	2516912-2	20º BPM	FELIPPE CARLOS DE SOUZA MARTINS	5103311-9	BOPE
ALEXANDRE PAZ PIMENTEL	2247694-6	20º BPM	CLÁUDIO FIGUEIREDO DA SILVA	2495246-0	BOPE

CARLOS EUGÊNIO BENEVIDES JUNIOR	2301265-0	20º BPM	GEOVANE DE PAULA SILVA	2332305-1	DABST
RICARDO DOS SANTOS VIDAL	24807346	21º BPM	LUIZ FELIPE HAMBRICHS COSTA	593401-0	DABST
VALDENIR DOMINGOS DA SILVA	2294894-5	21º BPM	EDUARDO FERNANDES SIQUEIRA	593138-0	DABST
WILSON CÂMARA CIDADE DE SANTA ROSA	4426324-4	21º BPM	DENILSON DE OLIVEIRA BALTAR	2249875-3	DABST
ALINE DA SILVA REGIS ALEXANDRE	4376096-1	21º BPM	ALVARO ROBERTO DA SILVA AZEREDO	2509417-3	DABST
ALEXANDRE DE SOUZA LOUZADA	2299802-0	21º BPM	ALEXANDRE SILVESTRE CANDIDO	2191934-8	DABST
CLAUDENIR COUTINHO DOS SANTOS	2259296-2	21º BPM	MARCIO PATROCINIO PEREIRA	2195821-1	DABST
PABLO SOARES AGUIAR	2446922-0	22º BPM	WANDERSON JESUS SILVA GASCO	594271-3	DABST
NILO SÉRGIO DA SILVA COUTO	2213034-9	22º BPM	EMANUELLE TEIXEIRA DE OLIVEIRA FERREIRA	4259413-8	RCECS
LUIZ CARLOS D'AVILA JUNIOR	2318574-0	22º BPM	MARCO ANTONIO DOS RAMOS	2282693-9	RCECS
SEBASTIÃO FERNANDO DA SILVA LIMA	2311736-2	22º BPM	PRISCILA LARGURA DE CARVALHO	4415941-2	RCECS
MARCIO DA SILVA FIGUEIREDO	2183964-6	22º BPM	RAFAEL COELHO DIAS	4346332-0	RCECS
FAGNER DA SILVA ROCHA	593045-6	22º BPM	RENATA GOMES BELSITO	4411841-4	RCECS
MARCOS ANTÔNIO NEVES DOS SANTOS	2317689-0	22º BPM	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS OLIVEIRA BENTO	2471204-3	HCPM
RENAN AMARAL OLIVEIRA DE BARROS	4382840-0	23º BPM	JAIME CERQUEIRA CRUZ	2158055-3	HCPM
LUIZ FERNADO CORRÊA ACA	2446731-6	23º BPM	SAULO DE TARCYS BEZERRA DA SILVA	5933897	HCPM
ALEXANDER GONÇALVES ALVES	215899-2	23º BPM	JOÃO CANUTO DA COSTA NETO	2289358-0	HCPM
ALBERTO RIBEIRO FILHO	2323032-0	23º BPM	MONIQUE SANT'ANA PINHEIRO	4415925-0	HCPM
BRAULIO CAMPOS DE ALMEIDA	5818784-8	23º BPM	UARLISON ARÊDE DA SILVA	4420649-6	HCPM
REINALDO COSTA DA CUNHA	2500726-2	23º BPM	UARLEI BRAGA DA SILVA	4419763-2	HCPM
JOSÉ LEANDRO DUTRA XAVIER DA SILVA	4368063-1	23º BPM	LUCIANO DE ARAUJO VALE	4332794-0	HPMUNIT
RAFAEL FIRMINO DE OLIVEIRA	42593492	24º BPM	CAROLINE EUSTAQUIO GOINÇALVES DA SILVA	4375910-6	HPMUNIT
CLÁUCIO LEITE PAÚRA	23311967	24º BPM	FRANCILENE DE JESUS F. DE SOUSA	2249741-2	HPMUNIT
RICARDO RIBEIRO LEÃO	2355864-4	24º BPM	JEFERSON ALVES VIANA	0219418-8	HPMUNIT
RONALDO RIBEIRO DA SILVA	21516170	24º BPM	ALENCAR CRISTIAN OLIVEIRA DE ALVARENGA SILVA	23726156	HPMUNIT
MARCELO FERREIRA DA SILVA	2303446-7	24º BPM	REINAN CAMARA DE OLIVEIRA	4381036-5	HPMUNIT
EMERSON FERNANDES DA SILVA	24372951	24º BPM	PABLO MARTINS PEÇANHA	4270199-6	HPMUNIT
AMARILDO NEVES PEREIRA FILHO	43232426	25º BPM	MARCO AURÉLIO RODRIGUES MARTINS	2182316-2	CFRPM
SANDRO VIEIRA RABELO	2282843-5	25º BPM	JONAS NOGUEIRA BRANDÃO	24344060	CFRPM
AYLCY ANDRE SOUZA DA VEIGA	2339124-3	25º BPM	GEFFERSON DOS SANTOS CHRISTIANO	593912-7	CFRPM
ANDRE LUIZ DOS SANTOS SILVA	2338851-0	25º BPM	DEJAIR DA ROCHA SALLES	2276984-6	CFRPM
CARLOS ANDRE DE ANDRADE	2434726-4	25º BPM	SANDRO RODRIGUES DA SILVA	2475945-7	CFRPM
JOSE COSMO SILVA FILHO	4266010-6	25º BPM	SERGIO CAMINHA DE CASTRO	2450166-2	OCPM
RODRIGO VIMERCATI DA SILVA	4354886-5	26º BPM	ANDRÉ DE OLIVEIRA LIMA	2377334-0	OCPM
ERNANI MONTE DE LIMA	2342774-4	26º BPM	EDSON RODRIGUES DA SILVA	2311805-9	OCPM
LUCIANO JANUÁRIO ESTEVES	4265626-5	26º BPM	ANDERSON SALAZAR NUNES	21593159	OCPM
SILVANO VITAL SILVA	43670717-7	26º BPM	WILLIAN WENTRICK DA COSTA	2375711-6	OCPM
GLAUCIO SOARES DA SILA	2448405-9	27º BPM	JOSÉ ADILSON GOMES DA SILVA	2317155-3	OCPM
JOCIRLEI COSTA DE OLIVEIRA	2324364-3	27º BPM	PAULO CESAR ANDRADE EVANGELISTA	0592544-4	OCPM
EDUARDO PEREIRA FULGENCIO	2484428-4	27º BPM	JUCILON SILVA DE ANDRADE	2158287-4	PPM/CASC
RAFAEL DA SILVA CAMPELO	4368020-8	27º BPM	FELIPE BERNARDES SOUZA	4376509-2	PPM/CASC
JOÃO RODRIGUES DA SILVA	2478237-8	27º BPM	SILVIO SOARES GOMES	2238187-2	PPM/CASC
LEONARDO DE FREITAS RASGA	4249463-0	27º BPM	ANDERSON LUIZ DA SILVA FREITAS	4426030-0	PPM/CASC
LUCIANO TENÓRIO DE OLIVEIRA	2289094-7	27º BPM			
KATIA CILENE DA SILVA COSTA	2492484-9	27º BPM			
ALAIM JOSÉ DOS SANTOS FILHO	2477168-6	27º BPM			

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos e seus aditivos, para os quais foram designados, bem como manter o Gestor dos contratos atualizado sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício desse poder, incluindo, além daqueles elencados no art.13º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por 2 (dois) servidores membros da comissão fiscalizadora, em complementação ao atesto de conferência dos Oficiais e Fiscais de Dia que, estando no plantão de serviço, fizeram o primeiro recebimento dos gêneros;

II - encaminhamento ao gestor de contratos da documentação comprobatória da boa execução dos serviços ou dos termos de recebimento de material (provisório), bem como de relatórios circunstanciados relativo à alterações observadas, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

III - apresentar, a comissão gestora, todas as informações relativas à execução do contrato que a mesma necessitar;

IV - o dever de comunicar ao gestor dos contratos todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação coma as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as filhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - Manter, sempre, no mínimo, 2(dois) membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais dos contratos relacionados;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do respectivo servidor substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Abastecimento (Dabst), devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor nomeado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através do SEI à Comissão Gestora dos respectivos contratos encontrada na Diretoria de Abastecimento (DAbst).

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br (SISNOTA), , conforme publicação em Bol PM nº. 213, de 19 Nov de 2015, pág. 70 a 79, bem como acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação de despesas de gêneros alimentícios seguindo as orientações e prazos publicados em Bol da PM nº. 007, de 13 Jan 2020, pág. 52 e 53; Bol da PM nº. 048, de 17 Mar 2020, págs. 50 - 52; e, Bol da PM nº. 088, de 20 Mai 2020.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao contido na publicação em BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos, preferencialmente os oferecidos regularmente pela Escola de Contas e Gestão (ECG/TCE-RJ).

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2466180

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3581 DE 22 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350192/000844/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, a contar de 21 de março de 2023, os servidores: 1º SGT PM RG: 73.074 MARA LÚCIA LIMA DE SOUZA, ID FUNC. 2300716-8, da DSO, o 1º SGT PM RG: 76.438 HECTOR SOARES CUNHA, ID FUNC. 0593245-9, da DSO, e o 2º SGT PM RG: 80.683 MARIA MÁRCIA SARAIVA AMORIM, ID FUNC. 4183605-7, da DSO, para compor a Comissão com o objetivo de fiscalizar o instrumento contratual nº 028/2023, firmado com a empresa CESAR E ROCHA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, oriundo do Processo Administrativo nº SEI-350192/002163/2022.

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2466191

o Prelo

Tradicional suplemento cultural da IOERJ desde 1988. A revista eletrônica O Prelo é totalmente produzida na Imprensa Oficial e está disponível no site.

oprelo.ioerj.com.br

[revistaoprelo](#)





Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO